

REUNIÃO DA CÂMARA

ORD. X

EXT.

N.º 20

02-08-2018

ORDEM DO DIA:

I

PLANEAMENTO URBANO E LICENCIAMENTO DE OBRAS

1. OBRAS PARTICULARES

1.1 - Processo n.º 271/2016 – Casa de Repouso dos Sizandros, Lda. - Aprovação das obras de urbanização e Fixação do prazo e da caução.

2. OBRAS PÚBLICAS

2.1 - Projeto de Execução – Requalificação do Edifício de Serviços Municipais Diversos – Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral / Sobral de Monte Agraço.

II

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1.1 - Anulação de receita – Guia de Anulação de Receita Virtual n.º 35/2018.

1.2 - Recrutamento de trabalhador - carreira e categoria de Assistente Operacional (1 postos de trabalho), destinado à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – área de Jardineiro.

1.3 - Condições de Atribuição de Espaços Públicos nas Festas e Feira de Verão.

2. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

2.1 - Outros assuntos de interesse do Município

Sobral de Monte Agraço, 27 de julho de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,



José Alberto Quintino, Eng.º

Ata n.º 20

**Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço
Realizada no dia 02 de agosto de 2018**

Aos 02 dias do mês de agosto de 2018, nesta Vila de Sobral de Monte Agraço, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Quintino da Silva, com as presenças dos Vereadores: Pedro Miguel da Silva Coelho dos Santos, Joaquim Manuel Gonçalves Ribeiro, em substituição, Joaquim Maria Catarino Biancard Cruz e Carla Maria Machado Alves. Também esteve presente Maria Manuela Paula de Castro, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, na qualidade de Secretário. _____

Pelo Sr. Presidente foi declarada aberta a reunião quando eram 18 horas e 05 minutos. _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Presente o Resumo Diário da Tesouraria número **146** de terça-feira, dia 01 de agosto de 2018, cujo total de disponibilidades é de **€962.781,34**, sendo **€462.829,15** de operações orçamentais e **€227.575,29** de operações não orçamentais. _____

2. Marcação e justificação de faltas dos membros da Câmara Municipal (artigo 39.º, alínea c) da Lei número 75/2013, de 12 de setembro) _____

O Sr. Presidente informou que o Sr. Vice-Presidente não participaria na presente reunião da Câmara Municipal por se encontrar no gozo de férias e por esta razão, solicitou a respetiva substituição. Assim, informou que o Sr. Vice-Presidente seria substituído pelo Sr. Joaquim Manuel Gonçalves Ribeiro. _____

Assim, deliberou a Câmara Municipal, por unanimidade, aceitar as razões apresentadas e justificar a falta do Sr. Vice-Presidente, nos termos da alínea c), do artigo 39.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitando a sua substituição, de acordo com o disposto no número 1, do artigo 79.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro. _____

I

PLANEAMENTO URBANO E LICENCIAMENTO DE OBRAS

1. OBRAS PARTICULARES _____

1.1 – Processo número 271/2016 – Casa de Repouso dos Sizandros, Lda. – Aprovação das obras de urbanização e Fixação do prazo e da caução _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Processo número 271/2016 – Casa de Repouso dos Sizandros, Lda. – Aprovação das

obras de urbanização e Fixação do prazo e da caução _____

Considerando que: _____

- a) Em 29/06/2018 foi elaborada competente informação técnica, subscrita pela Técnica Superior, Eng.^a Civil Luísa Lopes, anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos, na qual se propõe grosso modo, que o valor da caução se fixe em €40.800,00, com um prazo de execução de 1 ano a contar da data de emissão do alvará das obras de urbanização, sendo este título condicionado pela apresentação de um documento com a indicação do local de vazadouro das terras provenientes da escavação e dos produtos sobrantes das obras de urbanização; _____
- b) Na informação técnica melhor descrita na alínea a) da presente proposta, informou, em 25/07/2018, a Ex.ma Sra. Chefe de Divisão da DOUA, Eng.^a Carla Duarte, nos seguintes termos: "Ao Exmo Sr. Presidente para agendamento para a reunião de Câmara, para deliberação nos termos da informação técnica", tendo o Presidente da Câmara, em 27/07/2018, emitido o seguinte despacho: "À próxima reunião de Câmara", tendo o Presidente, na mesma data, despachado do seguinte modo: "À próxima reunião de Câmara". _____

Propõe-se que: _____

1 - A Câmara Municipal, no âmbito do processo número 271/2016, em que é requerente Casa de Repouso dos Sizandros, Lda. delibere deferir as obras de urbanização, de acordo com a informação dos serviços técnicos da DOUA, datada de 29/06/2018, anexa à presente proposta da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, e nos termos do estipulado no Decreto-lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação e do Regulamento de Urbanização, Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas. _____

2 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, no âmbito do processo supra identificado, delibere, ainda, fixar a respetiva caução no valor de €40.800,00 (quarenta mil e oitocentos euros), nos termos e para os efeitos no disposto no número 3, do artigo 54.º do Decreto-lei 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação, fixando o prazo de um ano para a sua execução. _____

Sobral de Monte Agraço, 27 de julho de 2018 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º" _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, no âmbito do processo número 271/2016, em que é requerente Casa de Repouso dos Sizandros, Lda., deliberou, por unanimidade, deferir as obras de urbanização, de acordo com a informação dos serviços técnicos da DOUA, datada de 29/06/2018, anexa à presente deliberação da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, e nos termos do estipulado no Decreto-lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação e do Regulamento de Urbanização, Edificação e de



Taxas e Compensações Urbanísticas. _____

Mais deliberou a Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, no âmbito do processo supra identificado, fixar a respetiva caução no valor de €40.800,00 (quarenta mil e oitocentos euros), nos termos e para os efeitos no disposto no número 3, do artigo 54.º do Decreto-lei 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação, fixando o prazo de um ano para a sua execução. _____

2. OBRAS PÚBLICAS _____

2.1 - Projeto de Execução – Requalificação do Edifício de Serviços Municipais Diversos – Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral/Sobral de Monte Agraço _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Projeto de Execução – Requalificação do Edifício de Serviços Municipais Diversos – Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral/Sobral de Monte Agraço _____

Considerando que: _____

- a) Decorrente de um procedimento concursal – Consulta Prévia -, a empresa Beabstract elaborou o Estudo Prévio do Edifício de Serviços Municipais, tendo o mesmo sido aprovado por deliberação da Câmara de 06 de junho de 2018; _____
- b) Foi elaborada a informação técnica número 62/2018/DOUA, subscrita pelo Técnico Superior, Diogo Mata, Arq.º que se anexa, à presente proposta dela fazendo parte para os devidos e legais efeitos, relativa ao projeto de execução, referindo, grosso modo, que “o projeto de execução está instruído de acordo com os arts. 19.º, 26.º, 32.º, 38.º, 44.º, 56.º, 62.º, 68.º e 74.º da Portaria 701-H/2008, de 29 de julho”; _____
- c) Na informação melhor identificada na alínea b) da presente proposta, a Chefe de Divisão da DOUA, Eng.ª Carla Duarte, em 27 de julho de 2018, informou do seguinte modo: “Concordo. Propõe-se o envio à Reunião de Câmara para deliberação”, tendo o Presidente da Câmara despachado em 27 de julho de 2018, nos seguintes termos: “Concordo. À próxima reunião da Câmara”. _____

Propõe-se que: _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere aprovar o projeto de execução da empreitada “Requalificação do Edifício de Serviços Municipais Diversos – Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral/Sobral de Monte Agraço”, de acordo com a informação técnica número 62/2018/DOUA, anexa à presente deliberação dela fazendo parte para os devidos e legais efeitos. _____

Sobral de Monte Agraço, 27 de julho de 2018 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º” _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de execução da empreitada “Requalificação do Edifício de Serviços Municipais Diversos – Largo Gago Coutinho e Sacadura Cabral / Sobral de Monte Agraço”, de

14

acordo com a informação técnica número 62/2018/DOUA, anexa à presente deliberação dela fazendo parte para os devidos e legais efeitos. _____

II

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1.1 - Anulação de receita – Guia de Anulação de Receita Virtual número 35/2018 _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Anulação de receita – Guia de Anulação de Receita Virtual número 35/2018 _____

Considerando que: _____

- a) *Os serviços técnicos do Município elaboraram a informação número 15/2016, de 6 de outubro de 2016, que se anexa à presente proposta dela fazendo parte para os devidos e legais efeitos;* _____
- b) *Independentemente dos despachos de deferimento ou indeferimento da exposição apresentada, certo é que a fatura inicialmente emitida tem de ser anulada de forma a que seja dado integral cumprimento à decisão final que recair sobre a mesma (por exemplo, possibilidade de pagamento em prestações; possibilidade de pagamento no 1.º escalão ou, nos casos de indeferimento, emissão de nova fatura com o valor total mas com prazo diferente);* _____
- c) *Na sequência do procedimento melhor descrito na alínea a) supra, foi emitida a Guia de Anulação de Receita Virtual número 35/2018 referente à guia de débito discriminada na respetiva Guia de Anulação, sendo o valor total de anulação de receita virtual de €332,65.* _

Propõe-se que: _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço ratifique o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 4 de abril de 2017, aposto na informação do Serviço de Águas, o qual serviu de suporte à Guia de Anulação de Receita Virtual número 35/2018, referente à guia de débito discriminada na respetiva Guia de Anulação, sendo o valor total de anulação de receita virtual de €332,65. _____

Sobral de Monte Agraço, 27 de julho de 2018 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço ratificou, por unanimidade, o despacho do Vice-Presidente da Câmara, datado de 4 de abril de 2017, aposto na informação do Serviço de Águas, o qual serviu de suporte à Guia de Anulação de Receita Virtual número 35/2018, referente à guia de débito discriminada na respetiva Guia de Anulação, sendo o valor total de anulação de receita virtual de €332,65. _____

1.2 - Recrutamento de trabalhador - carreira e categoria de Assistente Operacional (1

posto de trabalho), destinado à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – área de Jardineiro _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Recrutamento de trabalhador - carreira e categoria de Assistente Operacional (1 posto de trabalho), destinado à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – área de Jardineiro _____

Considerando que: _____

- a) O mapa de pessoal do Município de Sobral de Monte Agraço para o ano de 2018, foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal, datada de 14 de dezembro de 2017 e por deliberação da Assembleia Municipal, datada de 21 de dezembro de 2017 e alterado por deliberação da Câmara Municipal, datada de 30 de janeiro de 2018 e por deliberação da Assembleia Municipal, datada de 23 de fevereiro de 2018 e contém os postos de trabalho necessários para o cumprimento das atividades de natureza permanente e temporária a desenvolver durante o presente ano; _____
- b) De acordo com o disposto no número 1, do artigo 30.º, do anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho, os serviços da Administração Pública, em face do previsto no Mapa de Pessoal, verificam a necessidade de promover o recrutamento dos trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho criados e não ocupados, sendo que, nos termos do número 4 do mesmo artigo, conjugado com o artigo 4.º, número 1, do Decreto-lei 209/2009, de 3 de setembro, mediante parecer favorável do órgão executivo pode proceder-se ao recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal; _____
- c) A fundamentação para a necessidade de ocupação do posto de trabalho consta da informação da DOUA, anexa à presente proposta da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos (Inf. 59/2018/DOUA); _____
- d) Da caracterização do posto de trabalho, resulta que o mesmo configura uma necessidade permanente que justifica a autorização de abertura de um procedimento concursal, com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado; _____
- e) A Carreira e Categoria de Assistente Operacional, corresponde a uma carreira do regime geral, prevista na LTFP, efetuando-se o respetivo recrutamento mediante o disposto na Portaria número 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria número 145-A/2011, de 6 de abril; _____
- f) De acordo com o previsto no artigo 40.º da citada Portaria número 83-A/2009, sempre que em resultado de procedimento concursal comum, a lista de ordenação final devidamente homologada contenha um número de candidatos aprovados superior aos postos de trabalho a ocupar, é sempre constituída uma reserva de recrutamento interna, que é utilizada no



prazo máximo de 18 meses para ocupação de idênticos postos de trabalho no mapa de pessoal; _____

g) A lista de ordenação final devidamente homologada do procedimento concursal aberto pelo aviso 26/2017, de 22 de fevereiro, publicado no Diário da República 2.ª Série, número 52, de 14 de março de 2017, foi publicada em 1 de fevereiro de 2018, no Diário da República 2.ª Série, número 23; _____

h) A competência para autorizar o recrutamento cabe à Câmara Municipal, por força do artigo 33.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei número 35/2014, de 20 de junho e artigos 4.º e 9.º, do Decreto-lei número 209/2009, de 3 de setembro. _____

Propõe-se que: _____

A Câmara Municipal delibere aprovar, ao abrigo do disposto nos artigos 30.º e 33.º, número 1, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei número 35/2014, de 20 de Junho e artigos 4.º e 9.º, do Decreto-lei número 209/2009, de 3 de setembro, o recrutamento para a constituição de relação jurídica de emprego público, através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado ao preenchimento de 1 posto de trabalho da Carreira e Categoria de Assistente Operacional - Atividade 16 – DOUA (Jardineiro) - previsto no mapa de pessoal do Município de Sobral de Monte Agraço, com recurso à reserva interna de recrutamento resultante do procedimento concursal publicado no Diário da República, 2.ª Série, número 52, de 14 de março de 2017, cuja lista de homologação final foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, número 23, de 1 de fevereiro de 2018. _____
Sobral de Monte Agraço, 27 de julho de 2018 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º" _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos pediu a palavra, tendo começado por cumprimentar todos os presentes. Seguidamente solicitou alguns esclarecimentos relativamente à proposta apresentada. Assim, perguntou porque razão a informação que estava na base da proposta referia dois lugares vagos e só se estava a recrutar para um posto de trabalho. _____

O Sr. Presidente informou que apesar de haver dois lugares no mapa de pessoal, a reserva interna resultante do procedimento concursal só tem um candidato. Acrescentou que os serviços se debatem com falta de pessoal e que por essa razão estão a equacionar as efetivas necessidades para que possa ser promovida a abertura de novos procedimentos. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar, ao abrigo do disposto nos artigos 30.º e 33.º, número 1, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei número 35/2014, de 20 de Junho e artigos 4.º e 9.º, do Decreto-lei número 209/2009, de 3 de setembro, o recrutamento para a constituição de relação jurídica de emprego público, através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado ao preenchimento de 1 posto de trabalho da

14

Carreira e Categoria de Assistente Operacional - Atividade 16 – DOUA (Jardineiro) - previsto no mapa de pessoal do Município de Sobral de Monte Agraço, com recurso à reserva interna de recrutamento resultante do procedimento concursal publicado no Diário da República, 2.ª Série, número 52, de 14 de março de 2017, cuja lista de homologação final foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, número 23, de 1 de fevereiro de 2018. _____

1.3 - Condições de Atribuição de Espaços Públicos nas Festas e Feira de Verão _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Condições de Atribuição de Espaços Públicos nas Festas e Feira de Verão _____

Considerando que: _____

- a) *A Câmara Municipal assumiu, desde 2015, a promoção e organização das Festas e Feira de Verão, sendo este um dos maiores eventos do Concelho, no âmbito do qual várias iniciativas serão desenvolvidas;* _____
- b) *Para a organização destes festejos, para além de toda a logística e gestão que será necessária para levar por diante tão importante evento, será necessário a criação das condições que promovam a atribuição de Espaços Públicos nas Festas e Feira de Verão;* _____
- c) *Os serviços da Autarquia elaboraram um documento designado por “Normas para a atribuição de Espaços Públicos nas Festas e Feira de Verão”.* _____

Propõe-se que: _____

1. *A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere aprovar o conjunto de normas para a atribuição de Espaços Públicos nas Festas e Feira de Verão, constantes do documento em anexo o qual faz parte integrante da presente proposta para os devidos e legais efeitos.* _____

2. *A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere a possibilidade de serem equacionados três momentos em que serão colocados a concurso os espaços a atribuir, assim:*

2.1 - 1.º CONCURSO _____

Apresentação de propostas de 02 de agosto a 14 de agosto de 2018, devendo o pagamento ser efetuado até ao dia 22 de agosto de 2018; _____

2.2 - 2.º CONCURSO _____

Apresentação de propostas de 23 de agosto a 31 de agosto (para os lugares/espacos não ocupados no 1.º concurso), devendo o pagamento ser efetuado até ao dia 05 de setembro de 2018; _____

2.3 - *Os espaços não ocupados ou outros espaços públicos que se mostrem disponíveis, poderão vir a ser ocupados, por decisão do Presidente da Câmara Municipal e a requerimento do interessado, fixando-se o preço de ocupação em 50,00€/m2.* _____

Sobral de Monte Agraço, 27 de julho de 2018 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos perguntou qual a razão para haver valores diferenciados relativamente aos carrosséis de adultos e aos infantis, tendo sugerido que, no próximo ano, fosse equacionado um aumento do valor das concessões de alguns dos espaços públicos a serem utilizados nas Festas e Feira de Verão, nomeadamente as relacionadas com carrosséis e pistas de carrinhos de choque. _____

O Sr. Presidente esclareceu que a diferenciação dos valores cobrados se deve à área ocupada por cada equipamento. Relativamente ao aumento dos valores dos espaços disse que esta era uma questão que tem vindo a ser pensada, no entanto, também temos que reconhecer que as condições que temos para oferecer não são as melhores. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos perguntou se já havia sido pensado onde seriam instalados os equipamentos de diversão quando, no futuro, o espaço tiver sido requalificado. _____

O Sr. Presidente respondeu que efetivamente esta era uma questão que teria de ser equacionada, pois haveria situações que tinham que ser devidamente analisadas e consolidadas. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar o conjunto de normas para a atribuição de Espaços Públicos nas Festas e Feira de Verão, constantes do documento em anexo o qual faz parte integrante da presente deliberação para os devidos e legais efeitos. _____

Deliberou, ainda, a possibilidade de serem equacionados três momentos em que serão colocados a concurso os espaços a atribuir, assim: _____

1.º CONCURSO _____

Apresentação de propostas de 02 de agosto a 14 de agosto de 2018, devendo o pagamento ser efetuado até ao dia 22 de agosto de 2018; _____

2.º CONCURSO _____

Apresentação de propostas de 23 de agosto a 31 de agosto (para os lugares/espaços não ocupados no 1.º concurso), devendo o pagamento ser efetuado até ao dia 05 de setembro de 2018; _____

Os espaços não ocupados ou outros espaços públicos que se mostrem disponíveis, poderão vir a ser ocupados, por decisão do Presidente da Câmara Municipal e a requerimento do interessado, fixando-se o preço de ocupação em 50,00€/m2. _____

3. PAGAMENTOS _____

O Senhor Presidente informou a Câmara que, nos termos da competência que lhe é conferida pela alínea h), do número 1, do artigo 35.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, tinha autorizado o pagamento das despesas respeitantes às ordens de pagamento números **1848 a 1884**, num valor total de **€273.634,43**. _____

2. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO _____



2.1 - Outros assuntos de interesse do Município

O Sr. Presidente, dando início a este ponto da ordem do dia, referiu que o programa das Festas e Feira de Verão de 2018 já estava disponível no formato *on-line* e que os *outdoors* situados nas entradas da Vila também já anunciavam o evento. Quanto às brochuras em papel, só deveriam começar a ser distribuídas na próxima semana.

Seguidamente deu conhecimento de uma reunião realizada ontem, dia 1 de agosto, entre uma delegação da Oeste CIM, o Presidente da CP e o Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, onde foram debatidos assuntos relacionados com o estado da Linha Ferroviária do Oeste. Para além da sua presença na qualidade de Vice-Presidente da Oeste CIM, esta entidade fez-se, ainda, representar pelo Presidente, Dr. Pedro Folgado e pelo outro Vice-Presidente, Dr. Fernando Ferreira. No decorrer dos trabalhos foram abordadas diversas questões, designadamente o incumprimento dos prazos inicialmente definidos, pois a obra deveria estar terminada em 2020 e o que se constatava era que todo o processo estava muito atrasado, por exemplo, as obras de arte já deveriam estar concluídas e ainda nem sequer haviam sido iniciadas; a aquisição do material circulante que, em média, obedece a períodos de tempo bastante extensos (entre 4 a 6 anos) ainda não foi sequer encomendada - esta situação apresenta, desde logo, um sério risco, isto é, no final do processo, poderemos ter obra e não ter comboios para circular. Na reunião, foi ainda abordada a questão da degradação a que a Linha do Oeste chegou, com a supressão de comboios, tendo o Sr. Presidente das Caldas da Rainha testemunhado que, pela primeira vez, esta semana, aquando de uma iniciativa realizada por autarcas socialistas, se assistiu à falta do comboio desta localidade para Lisboa. Finalmente disse que tinha sido equacionada a hipótese desta delegação solicitar uma audiência com o Sr. Ministro, no sentido desta matéria ser abordada em sede da respetiva tutela.

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, agradeceu as informações prestadas pelo Sr. Presidente, tendo corroborado a informação de que o comboio tinha sido suprimido da localidade de Caldas da Rainha para Lisboa, precisamente no dia em que os autarcas socialistas do Oeste se tinham organizado para fazer esta viagem que culminaria numa reunião com o Chefe de Gabinete do Secretário de Estado, Guilherme de Oliveira Martins onde seria feito o respetivo ponto de situação. Continuou a sua intervenção dizendo esperar que a situação se resolva e que os prazos não derrapem mais, uma vez que os mesmos têm, sucessivamente, vindo a ser incumpridos. Referiu que a degradação a que se assiste na Linha do Oeste é histórica, não aconteceu de um dia para o outro, tem vindo a acontecer ao longo de anos e anos, tendo-se acentuado com a crise no período da troika, designadamente com a falta de manutenção, de investimentos em equipamentos e, até mesmo, com a falta de profissionais habilitados. Acrescentou que a responsabilidade de toda esta situação, na sua opinião, se ficava a dever à Infraestruturas de Portugal IP, mas também, em grande parte, aos sucessivos

14

Governos que, de alguma forma, não acautelaram estas e outras questões que agora vão levar muito tempo a compor. No caso concreto, mesmo depois de todo o investimento que se prevê realizar na renovação da Linha do Oeste, com a sua duplicação e a eletrificação, certo é que esta infraestrutura vai continuar a não ser apelativa. Será, certamente, mais “amiga” do ambiente, mais confortável, mas também mais demorada comparativamente ao transporte rodoviário. Finalmente, sugeri que o Município, atempadamente, pudesse refletir sobre a criação de zonas de estacionamento junto dos apeadeiros da Gozundeira, Pero Negro, Sapataria e Jerumelo/São Martinho, pois esta também poderá ser considerada uma dificuldade acrescida, tornando este meio de transporte menos atrativo. Em suma, enquanto o carro for mais barato e mais rápido, será sempre uma opção mais apetecível e, por isso, preferível ao comboio.

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz manifestou-se relativamente a esta temática dizendo que, em sua opinião, o País vai gastar muito dinheiro mas que, em termos de eficiência e eficácia, não vão haver benefícios, sendo que este projeto não será um projeto ganho. Vamos estar a “fazer de conta”, perdendo-se, assim, oportunidades de (re)criar a Linha do Oeste. Mais uma vez, na sua opinião, disse que lhe parece que iremos assistir à reparação e restauração de infraestruturas do século XVIII/XIX. Afirmou ser bastante crítico relativamente à intervenção que se pretende para esta via. Haverá quem diga que “*mais vale isto do que nada*”, eu direi “Não!!” porque assim continuaremos no nada.

O Sr. Presidente, ainda sobre a Linha do Oeste, concordou, em certa medida, com as intervenções anteriormente realizadas pelos Srs. Vereadores. Disse que, de facto, a Linha do Oeste atingiu uma degradação extrema, no entanto, com as obras que se pretendem fazer vão ser melhoradas algumas questões, mas não tenhamos ilusões, não irá ser competitiva, logo, não será atrativa, especialmente para quem estiver mais próximo de Lisboa. Relativamente aos apeadeiros, informou que o Município sempre esteve disponível para colaborar. Referiu que a existência de zonas de estacionamento junto aos apeadeiros, contribuirá, sem dúvida, como uma mais-valia para a atratividade deste meio de transporte. No que se refere aos quatro apeadeiros existentes no Concelho, as obras necessárias não são de grande monta, à exceção de Casais de São Martinho/Jerumelo que terá de ter uma intervenção maior, ficando esta solução a cargo da CP.

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz voltou a intervir expondo alguns assuntos que gostaria de ver abordados:

- Começou por se referir às Festas e Feira de Verão. Assim, começou por dizer que, no seu entender, os trabalhos para a elaboração do programa das festas deveriam ser iniciados e, conseqüentemente, fechado o programa das mesmas mais cedo. Relativamente à programação para domingo, parece que se tem tentado variar um pouco, mas o que se pretende realmente é a reunião das “gentes”, pelo que, no seu entender, enveredar-se pela



réplica do Bodo de São Brás será uma ideia interessante, pois desta forma promove-se o convívio entre os habitantes locais e os forasteiros que nos visitam, oferecendo-se, através do evento, a possibilidade de conhecer e participar num conjunto de tradições seculares da nossa terra. _____

- Pediu um ponto de situação relativamente à vistoria efetuada pela Delegada de Saúde ao Pavilhão do Monte Agraço Futebol Clube. _____

- Comentou o facto de existirem veículos pesados de grande porte que fazem “corta-mato” entre as Estradas Nacionais utilizando para o efeito as nossas Estradas Municipais, vias que não têm capacidade para este tipo de veículos e que, em consequência, apresentam um desgaste maior e mais rápido, com sinais de degradação acentuada, pelo que sugeriu a colocação de sinais de trânsito que prevenissem esta questão. _____

- Manifestou a sua opinião no que diz respeito à intervenção realizada pelo café/restaurante “Monte Agreste”, na Praceta 25 de Abril, dizendo que a mesma tinha sido bem conseguida e que tinha uma apresentação bastante agradável. Lembrou, no entanto, que todos os outros estabelecimentos ali existentes poderão equacionar intervenções nos mesmos moldes. _____

- Finalmente disse ter chegado ao seu conhecimento que o Sr. Vice-Presidente havia tido um acidente com o veículo da Autarquia, batendo noutros veículos, pelo que quis saber o que realmente aconteceu na ocasião, pois circulam “conversas” relativas a um alegado papel deixado no local e uma alegada referência à reparação dos veículos por parte da Câmara. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos, disse que pretendia colocar algumas questões no sentido de ser esclarecido quanto às mesmas, pelo que começou por perguntar se as obras na Escola Joaquim Inácio da Cruz Sobral já tinham tido início, pois havia um compromisso assumido pela Dgest, com verba para o efeito - €150.000,00 - de que os trabalhos seriam efetuados durante a interrupção letiva de Verão. Alertou para a degradação visível do coreto existente na Praça Dr. Eugénio Dias, tendo perguntado se já tinha sido equacionada a sua reparação e para quando se previa uma intervenção nesta área. Finalmente e no que diz respeito a questões pendentes, quis saber se já tinha sido efetuada alguma diligência relativamente à organização do trânsito em Cachimbos, pois aquando da discussão da proposta relacionada com este assunto, os argumentos invocados para a rejeição da mesma foi de que seria necessário que peritos estudassem toda aquela problemática. Assim e neste momento, a pergunta que se impunha era a de se saber se o Estudo já existia, para que todos pudessem ter conhecimento do documento e avançar com soluções seguras para o local. _____

Voltou a solicitar que lhe fossem facultadas as informações já requeridas anteriormente e relativas aos cartões Galp Frota e ao combustível pago às Juntas de Freguesia. _____

Concluiu a sua intervenção referindo-se à questão da mobilidade do Encarregado Geral da Câmara Municipal de Loures para a Câmara de Sobral de Monte Agraço, perguntando se já existem os consentimentos das 3 partes (Município de Loures, Município de Sobral e

trabalhador) para efetivar a mobilidade. Mais perguntou se já tinha sido publicado o anúncio para preenchimento do lugar, do qual deve ser dado conhecimento oficial a todo o executivo. _
O Sr. Presidente passou a responder às questões colocadas pelos Srs. Vereadores, tendo começado por referir que de facto o Pavilhão do MAFC tinha sido alvo de uma vistoria surpresa em que participaram elementos da Delegação de Saúde, a Veterinária Municipal, representantes do Agrupamento de Escolas e representantes do Município. Desta diligência procedimental foi elaborado um relatório que foi dado a conhecer ao MAFC. No seguimento deste procedimento foi agendada uma reunião entre o MAFC, a Presidente do Agrupamento e a Sra. Vereadora com o pelouro da Educação, que se realizou na passada 2.ª feira. Nesta reunião foi assumido que as questões reportadas no relatório relativamente às anomalias ficariam resolvidas antes do início do ano letivo. _____

A Sra. Vereadora Carla Alves disse que do relatório elaborado em consequência da vistoria efetuada ao Pavilhão do MAFC foi dado conhecimento na reunião do Conselho Geral do Agrupamento, tendo, na ocasião, gerado algumas apreciações mais extremadas que acabaram por ser serenadas, pois é do conhecimento público que aquela escola não tem condições para os alunos ali praticarem atividades desportivas, pelo menos em determinadas alturas do ano, sendo, por isso, aquele equipamento, uma mais-valia para a realização da prática desportiva e do desporto escolar. No decorrer desta reunião foi, mais uma vez, referido que deveria ser manifestado, junto do Ministério da Educação que é quem tutela aquela Escola, o desagrado pela falta de condições para a prática desportiva, voltando-se a reivindicar, com veemência, a construção de uma infraestrutura que permita desenvolver o desporto escolar nas instalações do Agrupamento, designadamente na Escola Joaquim Inácio da Cruz Sobral. _____

O Sr. Presidente, a propósito da questão reportada sobre a travessia de veículos pesados de grande porte pelas nossas Aldeias e pelas Estradas Municipais, disse que era um facto que nos deixava seriamente preocupados e que embora, por diversas vezes, se tenha tentado resolver a situação com a colocação de sinais verticais, certo é que não tem resultado, pois, invariavelmente são arrancados e, assim, continuamos a assistir, muitas vezes sem nada poder fazer, ao desgaste e à degradação destas vias. Relativamente à intervenção efetuada pelo Café/Restaurante "O Montagreste" disse que os trabalhos realizados se enquadraram no determinado pelo conjunto de normas aprovadas em sede de reunião da Câmara Municipal, tendo referido que se outros proprietários de estabelecimentos comerciais pretenderem fazer o mesmo, naturalmente que se as operações a efetuar estiverem de acordo com as referidas normas, não haverá motivos para nos opormos. _____

O Sr. Presidente respondeu às questões colocadas pelo Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos dizendo que no que se refere às obras a efetuar na Escola Joaquim Inácio da Cruz Sobral a informação que obtivemos, após um telefonema para a Dgest, foi que, como prometido, as obras iriam realizar-se em agosto, estando o seu início previsto para a primeira

semana do corrente mês. Por sua vez, disse que a Escola também tinha sido informada de que as obras começariam no dia 6 de agosto de 2018 e que haveria tempo para terminar todo o processo antes do início do ano letivo. No que diz respeito à degradação do Coreto, informou haver um orçamento para a sua reparação, no entanto, estamos agora a equacionar se a reparação a efetuar será um trabalho de fundo - com substituição da cobertura e respetiva pintura - ou se iremos optar por remendar as partes apodrecidas. No que concerne ao ordenamento do trânsito em Cachimbos disse que, como é do conhecimento geral, não tinha estado nessa reunião, pelo que não poderia responder pelo que havia sido acordado, no entanto, porque entendemos que este é um assunto de grande importância, especialmente pelas questões de segurança que o mesmo haverá de comportar, equacionou-se a elaboração de um estudo técnico para o efeito. Todo este procedimento carece de alguma maturação, pelo que ainda não havia desenvolvimentos a apresentar ao executivo. Quanto à problemática levantada sobre os cartões Galp Frota e o pagamento de combustível às Juntas de Freguesia, disse estar convicto que a informação já havia sido prestada. Reportando-se à mobilidade do trabalhador da Câmara Municipal de Loures para a Câmara Municipal de Sobral, na categoria de Encarregado Geral, disse ainda não ter sido rececionada qualquer comunicação do Município de Loures. _____

Finalmente e quanto ao mencionado acidente de viação do Sr. Vice-Presidente, disse que este lhe comunicou que havia batido com a viatura do Município que normalmente utiliza em dois outros veículos estacionados, após um gato se ter atravessado à frente do carro, motivando a perda de controlo da viatura. _____

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos disse esperar que o gato e o Sr. Vereador estivessem bem e perguntou se a viatura, propriedade do Município, estava ou não segurada. _

O Sr. Presidente respondeu dizendo que, naturalmente, esta viatura, tal como as restantes pertencentes ao Município, se encontram seguradas. Disse que, uma vez que o Sr. Vice-Presidente não estava presente e que ele próprio não tinha assistido a nada, seria melhor não se conjecturar sobre o assunto, pois não conhecia os pormenores. Deveríamos esperar pela presença do Sr. Vice-Presidente esclarecendo-se, nessa altura, o que houvesse a esclarecer. _

O Sr. Vereador Pedro Coelho dos Santos afirmou que não pretendia terminar a sua intervenção quanto a este tema e que não estava a conjecturar. Mais disse que o Dr. Luís Soares e a força política que o apoia, não se coibiram, noutras situações, de tecer comentários nas redes sociais, pelo que entendia poder tecer os seus comentários nesta sede. Continuando, perguntou se não havia normas que regulassem os procedimentos a adotar em situações desta natureza, ou seja, se existia um regulamento interno que determinasse a utilização dos veículos e o que fazer em caso de acidente. A não existir qualquer norma, poderá acontecer que alguém se lembre de dizer que afinal "o Senhor conduzia com os copos". _____

O Sr. Presidente informou que não existem normas para regular essa matéria porque todos

sabem como devem agir nestas circunstâncias. _____

A Sra. Vereadora Carla Alves informou que tinham decorrido com êxito os passeios para os Sêniores do Concelho, que este ano decorreram na Vila de Cascais. _____

O Sr. Vereador Joaquim Ribeiro, em substituição, a propósito do assunto já abordado e relativo à Linha do Oeste, disse ser conhecedor desta matéria, acrescentando que tinha pena que aquela via tivesse "*batido no fundo*" e só depois pensassem na sua requalificação, pelo que esperava que a intervenção de que agora se fala, viesse, efetivamente, a ser uma realidade. Alertou para um facto que disse julgar importante alertar - se a Linha fechasse agora, poucos dariam pelo facto e poucos sentiriam a sua falta -, pelo que, na sua opinião, esta deveria ser a última oportunidade para aquela Linha continuar ao serviço das populações. No que concerne à questão da existência de estacionamento junto aos apeadeiros, nomeadamente junto ao de Pero Negro, referiu que o espaço existente é propriedade da CP, entidade que sempre colocou problemas na sua utilização. _____

O Sr. Vereador Biancard Cruz perguntou se já tinha sido averiguada a situação exposta por um condomínio na Rua dos Lusíadas. _____

O Sr. Presidente informou que a situação está a ser estudada. Sabe-se, no entanto, que as casas sobre as quais recaem as queixas estão todas elas licenciadas. _____

III

ABERTURA AO PÚBLICO

Seguidamente a reunião foi aberta ao público. _____

Estava presente a Sra. D. Dores Ramalho que pediu a palavra para perguntar quem tinha promovido a organização da iniciativa "Noites nas Praças". _____

O Sr. Presidente agradeceu a presença da Sra. D. Dores Ramalho e informou que a organização deste evento foi responsabilidade conjunta da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Sobral de Monte Agraço. _____

A Sra. D. Dores Ramalho, voltando a intervir, referiu que o dia do acidente do Sr. Vice-Presidente coincidiu com a realização deste último evento e que era do domínio público que o Sr. Vice-Presidente não se encontrava em condições. _____

O Sr. Presidente disse que o Sr. Vice-Presidente, juntamente consigo, tinham estado ao serviço do Município toda a noite e que não se tinha apercebido de qualquer indisposição. _____

A Sra. D. Dores Ramalho voltou a insistir que era do domínio público que o Sr. Vice-Presidente não estava em condições e que por essa razão havia batido em dois carros, no Casal Miranda, num carro cinzento e num carro vermelho. Acrescentou que as causas para este acidente são conhecidas, pois as condições em que o condutor conduzia não eram as melhores, voltando a frisar que a situação descrita era do domínio público. Finalizando a sua intervenção e a propósito da utilização da viatura, exprimiu-se do seguinte modo: "*andaram tanto tempo atrás do Sr. Reis e agora, esta situação é muito pior*". _____

O Sr. Presidente voltou a dizer que não se deveria estar a conjecturar sobre o assunto mas que a viatura estava ao serviço do Município. _____

A Sra. D. Dolores Ramalho voltou a pedir a palavra para expor uma situação que disse julgar poder ter alguma solução por parte da Autarquia. Referiu que no passado mês de fevereiro foram passadas 492 multas no Sobral, por agentes da GNR. A este propósito disse que em Arruda dos Vinhos, o Presidente da Câmara Municipal tinha mandado desativar os parquímetros, questionando se não poderiam fazer o mesmo no Sobral. A continuar assim, o Sobral que já está parado, paradinho, vai, certamente, ficar deserto. _____

O Sr. Presidente agradeceu a informação prestada. Disse que existe uma proximidade institucional com a GNR, mas que isso não lhe permitir dizer como é que esta instituição deve, ou não atuar. Nunca o fez, não faz nem fará. Disponibilizou-se para fazer chegar ao Comandante esta indisposição dos munícipes que ficará registada em ata. Alertou, no entanto, para o facto de que terá sempre que haver bom senso, mas também terá que haver consciência de que há regras de trânsito que terão de ser cumpridas. _____

Estava presente a Sra. D. Susana Fortes que informou ter sido "vítima" destas multas porque estaciona o seu veículo junto à sua casa, na Praceta Luís de Camões, onde, há cerca de um ano, foram pintados riscos amarelos. Perguntou se os moradores não deveriam ter sido consultados relativamente àquela pintura. _____

O Sr. Presidente agradeceu a presença da munícipe e referiu que as pinturas efetuadas, nomeadamente, as que dizem respeito aos riscos amarelos tinham a ver com situações onde não era possível a passagem de 2 carros, se houvessem outros estacionados. No caso concreto, disse que a não ser esta a situação, certamente as pinturas se deviam à existência de alguma garagem. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata sob a forma de minuta nos precisos termos do disposto no número 1, do artigo 57.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua excecutoriedade imediata. _____

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu como encerrada a reunião quando eram 20 horas e 10 minutos, para constar se lavrou a presente ata que eu Maria Manuela Paula de Castro redigi e vou assinar junto do Sr. Presidente. _____

O Presidente da Câmara: _____

O Secretário: _____